



Atos do Executivo nº 1614042
Disponibilização: 11/08/2025
Publicação: 11/08/2025

PREFEITURA DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA DA SÉ Supervisão de Esportes

Rua Álvares Penteado, 49, 4º andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01012-000

Telefone: 33971200



CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL SÉ
BIÊNIO 2025 – 2026

Ata da 04ª/29ª Reunião Plenária Extraordinária Presencial do CPM/ Sé

No dia 21 de julho de dois mil e vinte e cinco, em atendimento à Convocação Documento SEI nº 129359527, publicada em Diário Oficial do Município do dia 16 de julho do corrente ano, realizou-se presencialmente, em primeira chamada, com início efetivo às 18:45, a **29ª Reunião Plenária Extraordinária do Conselho Participativo Municipal Sé, sendo a 4ª do biênio 2025/2026**, nas dependências da sede da Subprefeitura Sé, [Rua Álvares Penteado n. 49](#), Centro Histórico de São Paulo/SP.

Os trabalhos foram presididos pela Secretária-Geral Sra. Barbara Cavalcanti e como Secretário-adjunto Sr. Leandro Lago. Integrando a mesa também, o Sr. Cel. Eduardo de Oliveira Fernandes, representando a Subprefeitura Sé. Após as boas-vindas a todos Conselheiros e convidados, a reunião continuou conforme pauta abaixo discriminada.

Convocação 009/2025

Reunião Extraordinária **Presencial** do CPM/Sé (04ª/29ª)

A Coordenação e Secretaria-Geral, conforme atribuições legais, respectivamente, dos **Art. 37º, inciso VII e Art. 45º, inciso II**, constantes à Portaria Prefeito – PREF; SMCC – CC/SERS nº 002 de 28 de fevereiro de 2020; convoca todos os Srs. Conselheiros Participativos da Sé, e **convida os demais interessados**, a participarem no próximo dia **21 de julho de 2025 (segunda-feira) às 18h:45m**, da **6ª Reunião Extraordinária Presencial do CPM/SÉ (Biênio 2022-2024)**, na sede da Subprefeitura, situada à rua Álvares Penteado, nº 49, a fim de analisar e deliberar, sobre a seguinte ordem do dia:

PRIMEIRA PARTE

1. Fala inicial do Coordenador, Secretária-Geral, ou em exercício, e Interlocutor;
2. Boas-vindas e apresentação dos demais representantes do poder público e/ou autoridades presentes;
3. Leitura da pauta especifica;

SEGUNDA PARTE

4. Leitura e aprovação de Ata(s);
5. Apresentação e organização dos Trabalhos (GT);

TERCEIRA PARTE

6. Informes Gerais; finalização e agradecimentos.

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL SÉ

São Paulo, 02 de julho de 2025

Sr. César Augusto Massaro - Coordenador / Sra. Barbara Cavalcanti - Secretária-Geral

Sr. Leandro Lago - Secretário-Adjunto

Informamos a todos que, **de acordo com o Art. 22º da Portaria nº 002/PREF/CC/SERS de 28 de fevereiro de 2020**, em não havendo 1/3 dos Conselheiros Titulares em exercício, esta reunião irá começar rigorosamente às 19h15m, em segunda chamada com o número de Conselheiros presentes. Comunico ainda que **a Ata será publicada em Diário Oficial contendo a pauta, horário e local, itens de pauta, encaminhamentos, decisões e lista de presença** - em observação ao disposto no § 1º do Decreto 59.023 de 2019 - ao art. 7º constante na Portaria nº 002/PREF/CC/SERS de 2020.

PAUTA ABERTA

Verificação de quórum e leitura da pauta

Abertura da reunião pela Secretária-Geral Sra. Barbara Cavalcanti. Verificação do quórum e leitura da pauta.

Apresentação e saudação do Sr. Cel. Eduardo de Oliveira Fernandes representando a Subprefeitura Sé. Após a chegada do Sr. Coordenador Sr. César Augusto Massaro, iniciada a votação do item 4.

Após a leitura, seguiu-se ao Item 4. Aprovação das Atas remanescentes de 2025.

O Coordenador Sr. César Augusto Massaro, colocou para deliberação todas as Atas remanescentes ;

As recebidas e disponibilizadas, no início do mês de julho, aos Conselheiros pela Secretária-Geral Barbara Cavalcanti no aplicativo de mensagens do CPM/Sé, referentes ao ano de 2025: 03ª/131ª Reunião Plenária Ordinária Presencial (março), 05ª/133ª Reunião Ordinária Presencial (junho), 6ª/134ª Reunião Ordinária Presencial (julho) e 01ª/26ª Reunião Plenária Extraordinária Presencial (março), 02ª/27ª Reunião Plenária Extraordinária Presencial (maio); 03ª/28ª Reunião Plenária Extraordinária Presencial (maio).

As atas foram aprovadas por unanimidade, com exceção de uma (05ª/133ª - junho), e com as condicionantes abaixo:

- a) A Conselheira Rosalia solicitou a inclusão de sua manifestação sobre o fato de terem representantes das concessionárias do Anhangabaú presentes na reunião e nenhum ter se apresentado. Reforçou a necessidade de banheiros públicos na região da República e próximo à Santa Casa, mencionando relatos graves como pessoas tomando banho em bebedouros e nos equipamentos públicos de saúde. Ressaltou que a questão não é discriminação, mas tratamento digno e humano. Questionou o licenciamento de um empreendimento na Rua do Paraíso, nº 847, esquina com a Av. Armando Ferrentini, local que frequentemente alaga e que deveria abrigar um piscinão. O prédio previsto teria 22 andares em zona mista, o que seria irregular, e as obras da Sabesp não resolveram os problemas de alagamento. Pede esclarecimentos sobre a licença da obra, na Ata da 6ª/134ª Reunião (julho). E que seja acrescentada na Ata de 5ª/133ª Reunião (junho), a inclusão da íntegra das falas do Cel. Genivaldo e dos demais conselheiros e munícipes, a fim de espelhar fielmente o que se sucedeu.
- b) A Conselheira Lilian solicitou a inclusão do quadro de propostas com o nome e o número da proposta, na Ata da 02ª/27ª Reunião Plenária Extraordinária Presencial (maio).

Após a deliberação, seguiu-se ao Item 5. Apresentação e organização dos Trabalhos (GT);

GT de saúde

A conselheira Sheila Ventura informou que foi enviado um ofício solicitando o matriciamento da região e uma reunião com a Coordenadora Regional de Saúde Centro Paulete Secco Zular, para avaliar quantas unidades básicas de saúde são realmente necessárias. Sobre o hospital, mencionou que já existe um projeto da Secretaria Municipal de Saúde, e que o secretário já se manifestou favoravelmente, inclusive em audiência pública. Contudo, há pendências burocráticas com documentos que estão atrasando o andamento. Sheila propôs unir os conselheiros do Conselho Municipal de Saúde com os do CPM-Sé para reforçar a cobrança por respostas na próxima reunião plenária, marcada para 24 de agosto. Também informou que haverá uma reunião com o secretário em 11/08, e o GT Saúde deseja participar e que ainda não havia sido formalmente comunicada.

GT da habitação

Névson reforçou as falas da Sheila e explicou que a proposta apresentada no Participe+ (pelos conselheiros) foi considerada inviável, sem justificativa clara. Por isso, será elaborado um relatório técnico detalhado para sustentar um recurso contra essa decisão, com prazo até o dia 25. Ele se comprometeu a redigir o documento e pediu contribuições dos conselheiros, especialmente de quem entende de legislação.

Também mencionou que o acesso à resposta oficial no sistema está com erro no sistema o que causa insegurança. Néyson aproveitou para falar sobre uma questão habitacional: um prédio ocupado por mais de 100 famílias está com prazo de desocupação até 30 de janeiro, por um acordo entre a SMADS e um órgão fundiário. A Prefeitura está oferecendo hotéis sociais como alternativa, o que foi criticado por não ser adequado ao perfil das famílias. Por fim, pediu apoio do GT Habitação e da comunidade e disse que a saída está sendo chamada de “voluntária”, mas a decisão é resistir e permanecer.

GT de Zeladoria

Antônio Montano, representante da República e integrante do grupo de Zeladoria, explicou que o grupo teve um papel ativo na fase de redação das propostas, mas depois passou por dificuldades devido à sobreposição com outros GTs e conflitos internos. Agora, com as obras de calçamento em andamento, demonstra disposição para retomar o engajamento e propõe que o grupo volte a se organizar e alinhar funções com os demais GTs e com a nova mesa, para evitar confusões sobre responsabilidades e garantir uma atuação conjunta mais eficiente.

O conselheiro Leandro pediu a palavra e criticou a inviabilidade da proposta sobre os banheiros públicos autolimpantes. A ausência deles no centro de São Paulo, especialmente diante da situação de vulnerabilidade social e da quantidade de recursos disponíveis na cidade. Ele menciona exemplos de cidades como Belo Horizonte, Natal e Balneário Camboriú, que já implementaram estruturas simples, feitas com containers, energia solar e água de reuso. Leandro considera inaceitável que uma cidade com tanta tecnologia e recursos não adote essa solução básica e defende a criação de uma frente de mobilização para viabilizar o projeto, sugerindo apoio do POT e da GCM. Para ele, o projeto é viável, barato e essencial, e provavelmente foi rejeitado por questões burocráticas e interesses financeiros futuros.

GT da Cultura

O conselheiro Lui Seixas destacou que o grupo tem atuado de forma pontual, atendendo demandas conforme surgem, como a questão do Teatro de Contêiner Mungunzá e a vaga no Conselho Municipal de Política Urbana. Lui destacou a necessidade de reestruturar e fortalecer o grupo, que ainda carece de encontros mais consistentes.

Leandro reforçou a importância de defender a criação de um Conselho Municipal de Cultura em São Paulo, apontando que, apesar de a cidade ser referência em diversas áreas culturais, como teatro e dança, ainda não possui esse conselho. Ele também criticou a inacessibilidade ao Fundo Municipal de Cultura, que, segundo ele, nunca foi de fato acessado pelos movimentos culturais.

GT Animal

Barbara, coordenadora do Grupo de Trabalho Animal, iniciou relatando que, embora não tenha conseguido se dedicar integralmente ao GT nos últimos tempos, segue engajada em pautas urgentes, especialmente relacionadas à situação dos animais abandonados no Moinho. Segundo ela, desde o início da polêmica no local, o GT aprovou uma deliberação para buscar providências, mas os animais permanecem em estado de abandono. Relatou que o Ministério Público foi acionado, mas até o momento não respondeu, o que considera lamentável.

Ela destacou um surto persistente de esporotricose na região central, uma doença grave de origem fúngica, transmissível aos seres humanos, além dos animais, principalmente por meio do solo contaminado. Relatou que foi justamente essa pauta que a aproximou do Conselho Participativo Municipal, onde atua. Um caso emblemático citado foi o de um terreno pertencente ao Metrô, onde existe uma colônia com cerca de 20 gatos, alguns contaminados. Apesar de ter denunciado essa situação há mais de 8 meses, só recentemente técnicos da Zoonoses compareceram ao local — e, segundo ela, propuseram apenas a eutanásia dos animais como forma de "controle", descartando alternativas como o uso de antifúngicos no solo ou tratamento dos animais.

Contou ainda um episódio traumático envolvendo um gato infectado que ela resgatou em um estacionamento próximo de sua casa: ao levá-lo a um hospital público veterinário, foi informada de que não havia ala para infectocontagiosos e que só clínicas particulares atenderiam. Sem recursos, precisou autorizar a eutanásia, o que considerou uma das situações mais difíceis de sua vida. Denunciou que o mesmo hospital público não tem qualquer estrutura para internação de animais com doenças transmissíveis.

Ela também denunciou a falta de comunicação institucional com a Zoonoses, que não a inclui nos e-mails nem presta esclarecimentos, embora ela seja responsável pelo monitoramento da região. Lamentou que seus projetos — “Casa Animal” e “Castramóvel” — não tenham sido aprovados, mesmo diante da gravidade da situação e da ausência de políticas públicas eficazes. Destacou que os hospitais públicos veterinários estão sendo desativados e que a Zoonoses adota a eutanásia como única política de controle dessa doença.

Ao final, Barbara mencionou ter feito contatos com o Metrô e contado com apoio pontual do Interlocutor Cel. Arruda, mas que agora precisará buscar outros caminhos. Informou que a denúncia sobre os gatos do Moinho está no Ministério Público, mas não houve retorno até o momento. Sugeriu articular o GT Animal com ONGs e protetores independentes da região central para criar uma rede de apoio e intensificar a pressão sobre a Prefeitura. Ressaltou que não confia no orçamento cidadão como alternativa para suas pautas, mas buscará recursos, inclusive por meio de recursos administrativos ou judiciais, se necessário.

Ressaltou que, diante da ausência de resultados concretos e da limitação estrutural do Orçamento Cidadão, não deposita confiança nesse instrumento como caminho viável para atender às demandas urgentes da causa animal. Por isso, afirmou que buscará outras formas de captação de recursos, inclusive por meio de medidas administrativas, a fim de garantir respostas efetivas do poder público.

O munícipe Décio Sunagawa destacou a necessidade de maior eficiência dos Grupos de Trabalho (GTs) e de uma participação mais engajada por parte dos conselheiros, observando que, com o passar do tempo, vai ocorrendo um esvaziamento significativo na atuação dos membros.

GT de Direitos Humanos

Sem manifestação por parte dos conselheiros.

GT PPP e grandes projetos

Sem manifestação por parte dos conselheiros.

GT da Segurança

O conselheiro Caio Julio César Lopes, informou que o grupo ainda não teve nenhum andamento.

GT de Resíduos

O conselheiro Wang Kim, do distrito da Liberdade, relatou que, junto com as conselheiras Caru e Elisabete, participou de uma reunião com a SELIMP e a SP Regula sobre a coleta de resíduos sólidos no centro de São Paulo. Foi informado que a coleta está dividida em 1.780 setores e que o horário é definido por um estudo técnico e que os moradores podem colocar o lixo a partir das 18h e só é válido pra região central onde ocorre coleta todos os dias a noite.

Sobre grandes geradores de lixo, foi apontada a falta de fiscalização, já que a Prefeitura conta com apenas oito fiscais, o que inviabiliza uma fiscalização efetiva. Também discutiram a proposta de instalação de contêineres subterrâneos, mas a ideia foi considerada inviável no centro da cidade por conta da fiação subterrânea.

Quanto ao descarte de entulho, foi explicado que os moradores têm direito de descartar até 50kg

por dia. Itens volumosos, como sofás, poderiam ser recolhidos desde que desmontados e acondicionados corretamente. Já as denúncias feitas por fotos de munícipes não geram multa, pois só fiscais autorizados podem autuar.

Por fim, comentou que os contêineres amarelos para coleta seletiva não funcionaram bem em vários bairros, com exceção parcial da Vila Mariana. A SP Regula demonstrou abertura para receber propostas do Conselho para melhorar a gestão de resíduos.

Item 6. Informes Gerais; finalização e agradecimentos.

Deliberação sobre a verba do CPM/Sé

Durante a reunião plenária, foi abordada a destinação da verba anual de R\$ 3.000,00 (três mil reais), disponibilizada ao Conselho Participativo Municipal – CPM da Subprefeitura Sé. Trata-se de um valor que o colegiado pode utilizar conforme deliberação coletiva, para aquisição de materiais ou custeio de itens que fortaleçam o funcionamento e a atuação do Conselho.

Neste sentido, foi sugerida e aprovada a utilização da verba para a compra de uma câmera e um tripé, a serem utilizados na gravação e documentação das reuniões e ações do CPM, visando dar mais transparência, registro e divulgação das atividades do colegiado.

Na mesma ocasião, foi cobrado do coordenador em exercício César, o envio dos ofícios pendentes, considerados essenciais para o andamento de demandas e deliberações previamente discutidas pelo Conselho. Como forma de agilizar o processo, foi proposta a criação de um grupo de conselheiros voluntários para auxiliar na elaboração e organização dos ofícios em atraso, garantindo maior eficiência e colaboração entre os membros.

Ao final, o conselheiro Augusto Pessim pediu a palavra e prestou uma emocionante homenagem a Betisaida Ivone de Souza, carinhosamente conhecida como “mãe do Terremoto”.

“Pessoas Conselheiras deste CPM-Sé,

Peço hoje solenemente a atenção de todos para uma questão que toca profundamente os valores que defendemos neste Conselho e na sociedade: a memória, a justiça e o respeito às pessoas do nosso Centro.

Hoje, prestamos homenagem a Betisaida Ivone de Souza, carinhosamente conhecida como "Mãe do Terremoto". Betisaida, mulher negra, órfã e que criou suas irmãs, foi artista, trancista, comerciante e, acima de tudo, uma incansável lutadora por justiça. Em 2023, sua vida foi marcada por uma dor indizível: no mesmo dia em que era despejada injustamente de sua casa, seu filho, Felipe Terremoto, alma e espírito da Praça Roosevelt, foi brutalmente assassinado.

A forma como a ocorrência de seu filho foi tratada pela polícia, sem a devida perícia e com o risco de ele ser enterrado como indigente, é um reflexo da desumanização que muitas vezes afeta nossa população mais vulnerável. Mas, mesmo diante de tamanha tragédia, Mãe do Terremoto e sua filha Betyshwyty escolheram o amor e a justiça, evitando uma onda de violência e transformando a dor em poesia e arte através do Sarau Terremoto de Amor.

Essa luta por justiça e memória se materializou no cuidado de um canteiro na Praça Roosevelt, onde Mãe do Terremoto cultivou plantas e a palavra "AMOR" e "JUSTIÇA" no banco favorito de seu filho. Ela buscou todas as autorizações, contatou a prefeitura, o 156 e até o CADES-Sé, incansavelmente, para cuidar dessa árvore que simbolizava a vida de seu filho. E o que a prefeitura fez? Na calada da noite, sem aviso, consulta ou respeito, todas as plantas que ela cultivou com tanto amor foram destruídas.

É inaceitável que, na semana de sua despedida, um ato tão desrespeitoso ocorra. E o que vemos é um padrão: este Conselho Participativo Municipal tem sido desconsiderado, não convidado para eventos importantes sobre os projetos do Centro, assim como o CADES, os Conselhos de Parque e o CPMU.

Questiono: assim está sendo conduzida a mudança de nossa cidade? Atropelando sua memória,

sua luta, suas mães? A ausência de consulta popular, a supressão de plantios significativos e a preferência por um paisagismo meramente cosmético, em detrimento do que a população realmente deseja e precisa, é um reflexo alarmante.

Não é por acaso que isso acontece na mesma semana em que o PL da devastação foi aprovado, flexibilizando o licenciamento ambiental e ignorando as consequências para o meio ambiente e a vida urbana.

O Movimento Terremoto de Amor não irá parar. A investigação de homicídios é um direito fundamental, e a criminalidade se combate com perícia, cuidado e responsabilização, não com medidas superficiais e sem sensibilidade.

Pergunto: Com quantos quilos de medo se faz uma tradição? E que tradição é essa? Para onde vai essa cidade? Precisamos garantir que a voz da população seja ouvida e que a gestão pública atue com responsabilidade, transparência e respeito à vida e à memória de nossa cidade.”

No preambulo de seu pronunciamento memorial à Mãe do Terremoto, o conselheiro destacou que a ausência de convite oficial ao CPM por parte da prefeitura na semana anterior também foi sentida pelo CADES-Sé, que fez constar um público descontentamento diante desse fato e convidou o CPM a fazer o mesmo.

Encerramento

Aproximando-se do fim da Reunião Extraordinária, o Coordenador Sr. César Augusto Massaro, agradeceu a presença e participação de todos, pediu para que os presentes conferissem se assinaram a lista de presença ao saírem, e encerrou a 4ª Reunião Plenária Extraordinária do CPM/Sé, biênio 2025/2026, às 21:30hs.

Estiveram nesta reunião:

- **20 (vinte) Conselheiros Participativos Municipais Titulares presentes:** Antonio Ronaldo dos Santos; Antonio Matheus Montano; Augusto Luiz de Aragão Pessin; Barbara Cavalcanti; Caio Júlio Cesar Lopes;; César Augusto Massaro; Hamilton Simões Pires; Katharine Amorim Borges Maciel; Leandro Lago da Silva; Luís Felipe da Silva Seixas; Maria Lilian Galvarro Peña; Neide Pereira da Rocha; Néyson Soares Ferreira Júnior; Rafael Felício de Oliveira dos Santos; Rosalia do Carmo Larrubia; Rosangela Zanon Monteiro; Rose Maria das Graças Correa de Oliveira; Rosemeire Rosa de Oliveira; Sheila Ventura Pereira e Wang Kim do Espírito Santo;
 - **01 (um) Convidado e autoridade presente:** Sr. Cel. Eduardo de Oliveira Fernandes representando a Subprefeitura Sé,
 - **04 (quatro) Conselheiros Participativos Municipais Suplentes presentes:** Franklin Siqueira; Ligya Rodrigues Fernandes; Maria Angelica Pelegrine e Pedro Aguerre.
 - **8 (oito) Municípes presentes:** Maria Efigênia de Fátima M. Matias; Milton V. M. Amorim; Dora Lima; Marcelo Silva; Nives Ibane Ramirez Guevara; Décio Sunagawa; Thiago de Jesus Monteiro e Tarcísio G. Faria.
- 21 (vinte e um) Conselheiros Participativos Municipais Titulares ausentes:** Carlos Eduardo Magalhães; Carolina Albuquerque Gonçalves; Charles Gentil; Elizabeth Soares; Elza Pereira Barbosa da Silva; Fábio Lúcio Sanchez; Francisca Nunes Batista Chiovitti; Flaviano Gayer Carvalho; Gilmara Gonçalves Santos Gondim; Laudicéia Borges Da Silva; Luiz Gonzaga da Silva; Marcelo Montanheiro Pagliaruli Garini; Maria Ana Figueiredo; Maria Anunciação de Souza; Najila Barbosa Reis; Olga Luísa Leon de Queiroga; Paulo Cesar Torres de Freitas; Raquel Budow; Roberto Guerrero; Roberto Quaglietta; Sonia Maria Domingues Pereira e Ualdo Nascimento.

- **36 (trinta e seis)** Conselheiros Participativos Municipais **Suplentes ausentes;**
- **01 (uma)** Conselheira Participativa Municipal Titular ausente e **justificada:** Maria Aparecida Duarte Maciel.

Totalizando **33 (trinta e três) participantes.**

Lavra-se esta Ata.

São Paulo, 04 de agosto de 2025.

Sr. **César Augusto Massaro** / Coordenador

Sra. **Barbara Cavalcanti** / Secretária-Geral

Sr. **Leandro Lago** / Secretário-adjunto

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL



João Batista Ferreira Alves
Assistente de Suporte Operacional

Em 08/08/2025, às 13:04.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **130885252** e o código CRC **029E2E50**.

Referência: Processo nº 6056.2025/0000790-0

SEI nº 130885252